

11  
Bach

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

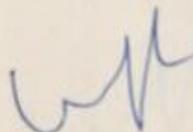
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22/03/83

ATA 02/83

Aos vinte e dois dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e três, às nove horas, na Sala dos Conselhos Superiores, realizou-se uma reunião extraordinária, do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas, convocada por seu Presidente, o Magnífico Reitor Prof. José Emílio Gonçalves Araujo. Estavam presentes os seguintes Conselheiros e convidados: Profª Clinéa C. Langlois, Prof. Adolfo A. Aranalde, Prof. Eduardo A. Osório, Prof. José da Costa - Fróes em substituição a Profª Élide Minioni, Prof. Ruy Brasil B. Antunes, Prof. Carlos R. Peixoto, Profª Carmen L. Hernandez, Prof. Daniel S. Soares Rassier, Profª Elisa Minioni, Prof. Gilberto A. Centeno, Profª Gilce M. W. da Cunha, Prof. Ivo G. de Mattos, Prof. José L. Monteiro Bohn, Prof. Leo Zilberknop, Profª Maria do Carmo Seus, Prof. Mauro G. de Mattos, Prof. Renato de M. Varoto, Prof. Rubens Bellora, Prof. Sérgio R. V. da Cruz Lima, Prof. Antonio X. de Andrade, Profª Helena Maria R. Conceição, Prof. Jau Paulo Goulart, Prof. Wilson Marcelino Miranda, Profª Zilma H. Gavalcanti Millan, Prof. José-Francisco G. Moreira, Prof. Ivan S. Gervini, Profª Ana Beatriz Czermainski, Prof. Antonio Ernani P. da Silva Fº, Prof. Paulo Silveira Jr., Prof. Alberto Rufino R.R. de Souza, Dr. Darcy - Trilho Otero, suplente do Dr. Roberto Brauner Penteado, os Ac. Florival Zildo Venturi, José Luis Segalin, Mario Pedro Kapp, Milton José Bortolini, Nilo Antonio Traezel e Neomir Alcântara; e os convidados Ac. Odalci José Postai, Ac. Laura Fonseca Oliveira, Ac. Clóvis Veronez e Ac. Lauri José Guerra. Deixaram de comparecer os seguintes Conselheiros: Profª Consuelo de Azevedo Requião, Prof. Gastão C. Pureza Duarte, Prof. Luiz Antonio da Cunha Farias e o Ac. Fábio Regio Bento. Havendo número legal de conselheiros presentes o Senhor Presidente deu por aberta a sessão. Inicialmente explanou que, conforme havia previsto foi efetuado convites nos termos do art. 43, parágrafo único do Regimento, de quatro estudantes e indicados pelo DCE dentro de seus Diretórios Acadêmicos. Salientou ainda que deveria ser apresentado pelo representante do COCEPE - neste Conselho, uma relação de possíveis convidados para que o Reitor fizesse a escolha. Na lista apresentada de dois nomes, o Reitor escolheu o do Prof. Aldyr Garcia Schlee, que rejeitou o convite, justificando sua ausência. Foi então convidado pelo Reitor o Prof. Alcides de Mendonça Lima, que comunicou que também não podia aceitar o convite por motivo de doença. Como não houvesse mais nomes na lista apresentada e devido ao pouco tempo que restava, não foi possível fazer outros convites. O tema que será discutido nesta reunião, Ensino Público Gratuito, é um tema que foi proposto pelos representantes discentes, sem qualquer oposição dos Senhores Conselheiros.

....

A



12  
Jul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.03.83 (fls. 02)

ATA 02/83

Alertou que a presença destes convidados na referida reunião é só para elucidar a matéria, constante da ordem do dia. No entanto se este Conselho entrar em fase resolutive, terminaria a participação dos convidados, para que este Conselho decida de forma privativa. O prazo estipulado para cada Conselheiro - intervir, será de no máximo duas vezes de dez minutos cada para o debate, salvo apresentação inicial do tema. Como contri - buição, distribuiu aos Srs. Conselheiros e convidados, documen - tos que se referem ao art. 176 da Constituição Federal, a Reso - lução 01 do Conselho Federal de Educação e dois artigos como - ilustração, um do Reitor da UFPEL e outro artigo de um antigo - professor universitário. Sugeriu que a apresentação dos traba - lhos começasse, salvo melhor juízo, pelos convidados. Dada a palavra ao Prof. Ernani P. da Silva Fº, este comunicou aos Con - selheiros presentes que indicou dois nomes de professores para serem convidados. O ato de convidar é exclusivo do Presidente, e que os nomes que foram apresentados são de professores da UFPEL que estão participando de um grupo denominado de Comitê - de Defesa do Ensino Público e Gratuito. Dois foram os nomes in - dicados, o do Prof. Aldyr G. Schlee e o da Profa. Carmen Ansel - mi Duarte da Silva. Queria registrar, perante aos Conselheiros, embora conhecendo a prerrogativa da Presidência, a sua incon - formidade de não ter sido aceito o nome da Profa. Carmên. En - tende que a restrição a um nome, coloca até em dúvida a verda - deira intenção de se fazer um debate amplo, livre, como deve ser a função da Universidade. O Sr. Presidente alertou que não está discutindo o Regimento e, no tocante a ética, manifestou - que esta não foi correspondida pelo Sr. Conselheiro, pois foi solicitado ao mesmo que apresentasse uma lista de nomes para a escolha de dois, como resposta o Sr. Conselheiro alegou ao Che - fe de Gabinete que só tinha dois nomes. Justificou que não - aceitava este tipo de imposição que o Sr. Conselheiro estava - tentando impor, daí a sua negativa quanto a Profa. Carmên, que é uma professora de sua confiança. Dando início a reunião, o Sr. Presidente solicitou aos convidados que se apresentassem - para os Srs. Conselheiros. Solicitou a todos os presentes que nesta reunião deveria haver maior participação. No tocante a - ordem de apresentação dos convidados, o Conselheiro Florival - Venturi sugeriu que fosse obedecida a seguinte ordem - 1º) Clo - vis Veronez, 2º) Lauri Guerra, 3º) Odalci Postai e 4º) Laura - Oliveira. Solicitou ainda que a ordem fosse obedecida sem - qualquer interrupção na apresentação do tema. A seguir, então, foi dada a palavra ao convidado Clovis Veronez que disse que deve-se considerar verdadeiros, os seguintes pressupostos : através do processo educacional tornam-se aptos para o traba - lho e vivência social, e através deste mesmo processo é que o homem busca a superação de suas imperfeições e do seu saber re - lativo; é, portanto, a educação um direito fundamental do ho -

.....

*[Handwritten signature]*

13  
Joaquim

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.03.83 (fls. 03)

ATA 02/83

mem, necessário a seu próprio desenvolvimento e ao bem estar - social, sendo pois, um bem fundamental da vida do homem, não pode ser transformado em mercadoria. É a educação uma das principais obrigações do Estado. O não cumprimento desta obrigação deixa claro que o governo quer minar o ensino público gratuito, criando assim, as condições para a implantação do ensino pago. Referiu-se ainda sobre os orçamentos do Governo Federal, a obrigatoriedade do ensino, a aplicabilidade dos recursos, a destinação de verbas para a educação, os cortes de verbas pelo MEC, além da justificativa referente a falta de recursos do governo, dizendo ainda que o setor de segurança é o mais privilegiado. Argumentou sobre o percentual dos alunos que frequentam as escolas. Citou ainda o rebaixamento do nível do ensino, citando como exemplo os vestibulares, existindo ainda atualmente, conhecimentos rudimentares. Referiu-se aos professores que além de terem uma baixa remuneração, tiveram um aumento de carga horária, sem terem inclusive, material necessário na sala de aula e ainda estão com a sua dignidade profissional ameaçada. Fez um histórico sobre o ensino público e privado. A seguir foi concedida a palavra ao convidado Lauri Guerra. Primeiramente alertou que a Universidade Brasileira tem seu traço fundamental desde a sua fundação no eretismo que a matou, um eretismo muitas vezes transportado quase que mecanicamente de situações européias para nosso país onde se destacava com mais realce os cursos de Direito. A seguir, referiu-se sobre a situação interna do regime, a nova adequação da Universidade, a participação popular nos Ministérios, o programa de reformas - de base, a reforma universitária. Reportou-se ao acordo MEC/USAID que não foi aceito pela população estudantil. Referiu-se sobre a reforma universitária, que teria num tempo de dez anos, o ensino pago. Relatou opiniões sobre o crédito educativo no país. Com a palavra o convidado Odalci Postai que, inicialmente traçou comentários em sua explanação, sobre a dotação orçamentária da educação e outras dotações. O Brasil é o país que menos aplica em educação e saúde; as modificações tributárias; a inversão dos impostos, a o percentual pago pelos trabalhadores; dotação, orçamentária e sua aplicabilidade; crescimento do MEC no orçamento da União, diz que isso se deve a artifícios contábeis. Através destas medidas chega-se a conclusão que a Universidade está se encaminhando para o ensino pago. Referiu-se ainda a FAU. Falou na retirada das verbas suplementares para a Universidade, corte de 12% das verbas do MEC exigido pelo FMI, a retirada de subsídios para o transporte, problemas do Restaurante Universitário, aumento das anuidades dos cursos de pós-graduação. Citou ainda a cobrança de semestralidade em Ouro Preto. Disse que de um lado estão os grandes monopólios capitalistas e de outro lado o conjunto da população-brasileira, na sua luta pela melhoria do ensino, saúde, mora-

.....

*[Handwritten signature]*

14  
Jan

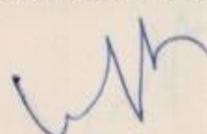
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.03.83 (fls. 04)

ATA 02/83

dia, transporte, saneamento, etc., e é neste contexto que se coloca o estudante na luta pelo ensino público gratuito, que é um direito do Estado e de todo o povo brasileiro. A seguir foi concedida a palavra a convidada Laura Oliveira. Inicialmente, iria colocar a questão ideológica do Ensino Público Gratuito; acha impossível fazer esta discussão sem ter um referencial, que coloca como sendo a Universidade, a sociedade e o papel dos estudantes nessas áreas. A Universidade não pode ser vista como um membro isolado, ela é um membro acoplado em um corpo, a sociedade. Só é possível entender o momento por que passa a Universidade como parte da sociedade. Referiu-se a situação atual, relação entre a burguesia e o capitalismo. Alegou que os estudantes são sensíveis ao impasse social colocado. Uma parcela de nossos colegas ocuparão cargos burocráticos, administrativos, na profissão capitalista, outra será inserida no processo produtivo. Uma terceira frente bastante grande ingressará nas fileiras dos desempregados, perdendo a qualificação adquirida nas escolas, pois não encontrou aplicação na profissão. Aos estudantes só restam duas alternativas: ou se colocarem ao lado da burguesia, ou ao lado dos trabalhadores. Colocados ao lado dos trabalhadores, os estudantes não perdem suas reivindicações específicas, cuja tarefa principal no movimento estudantil é promover a instituição de questões referentes ao ensino, mobilizar os estudantes colocando na ordem do dia palavras que digam respeito ao ensino, vinculando estas palavras a questão geral. A luta dos estudantes atualmente é o transporte pago na roleta. A educação é um direito de todos e um dever do Estado. Conforme dados da UNESCO, um terço dos habitantes da América Latina são analfabetos e destes, um terço são brasileiros. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira, o ensino deve ser gratuito. Fez um amplo relato sobre o ensino no Brasil, reportou-se a gratuidade do ensino no 2º e 3º grau; falou sobre o número de estudantes carentes na Universidade, e que se refletem na redução das Bolsas e Crédito Educativo. Alegou que todo o indivíduo que ganha salário mínimo é carente, mas o estado não o considera. Pergunta, aos Srs. Conselheiros, quem é que o Estado considera carente? Uma outra pergunta que faz, é como explica a contradição, dado que cada vez mais aumenta o achatamento salarial, o desemprego, a inflação e diminui o número de carentes? Reportou-se à defesa do Ensino Público Gratuito dizendo que na prática é bem pago. A cultura e a educação são apenas relegadas a uma minoria. É necessário democratizar a cultura e o ensino, torná-lo público e gratuito. A seguir fez um comentário resumido sobre justiça social no Brasil durante os anos de 1977 e 1979 até os nossos dias. A seguir foi concedida a palavra ao Prof. Eduardo Osório que achou que todas as contribuições ex-

.....



15  
Paul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.03.83 (fls. 05)

ATA 02/83

planadas pelos convidados a esta sessão, são muito importantes mas tem que colocar aos presentes, o seu pensamento a respeito destas manifestações. Quanto a primeira manifestação, apontou com muita clareza a falta de recursos no ensino de 1º e 2º grau, decorrente de insuficiência ou falta de recursos; acha que deve haver uma meditação para facilitar os recursos insuficientes do maior número possível. O ensino sendo gratuito a todos, inclusive para aqueles que tem meios, ou não sendo ele restrito, este ficaria limitado ao menor número de pessoas. Se for oferecido de forma gratuita apenas àquele que é carente, - ficará limitado ao maior número de pessoas carentes. Esta é a melhor maneira de fazer-se justiça social. Vê a Universidade Federal ocupada pela classe alta, classe esta que participa de cursos e outros meios que dão condições de disputarem uma vaga na Universidade Federal. A conclusão é de que a Universidade é frequentada por aqueles estudantes que tem sua origem na classe alta. Cita que na Universidade de 5 000 alunos, apenas 700 são carentes, é uma Universidade elitista, como frisou o convidado Lauri. A sua posição quanto ao Ensino Público Gratuito é plenamente favorável, pois é uma obrigação do Estado proporcionar ensino gratuito em todos os níveis, mas apenas para aqueles que demonstram serem carentes. Reportou-se, a seguir, sobre o aumento das taxas dos cursos de pós-graduação, na ordem de 500%, está sendo usado esta interpretação, e que, se não for justificada dará margem a uma interpretação errada. Quando assumiu a Pró-Reitoria, em 1982, encontrou a seguinte situação sobre curso de mestrado, cuja taxa de inscrição por disciplina, era de Cr\$ 698,00: neste mesmo ano de 1982, um curso de especialização de matemática, por exemplo, em nível que não é de mestrado, o valor do crédito era de Cr\$ 1.500,00. Referiu-se a taxas não cobradas em teses, reportou-se aos estudantes estrangeiros que vem com bolsas internacionais, houve um reajuste nas taxas de mestrado e além disso, cobrou-se encargos na modalidade de anuidade, não só nas disciplinas, como também na Biblioteca e nos laboratórios. Não houve aumento e sim um reajuste. O Sr. Presidente alertou aos Srs. Conselheiros e convidados, sobre o art. 176 da Constituição. A seguir concedeu a palavra ao Conselheiro Segalin, que argumentou que a intenção de discutir, e debater este tema é também com o intuito de ouvir os professores, pois estes também se interessam em saber o que pensam os professores sobre o Ensino Público Gratuito. A título de contribuição, gostaria de colocar que o Governo no Brasil se caracteriza por um processo importante na economia. O Governo interfere em uma série de setores de produção, energia, telecomunicação, enfim, uma série de setores são da alçada do Governo. Por outro lado, o setor do ensino que é de competência do Estado, estranha-se o processo que está ocorrendo

.....

[Handwritten signature]

16  
pelo

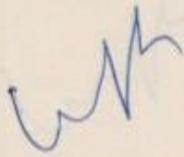
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.03.83 (fls. 06)

ATA 02/83

no Brasil, que é o desvinculamento do Estado para as obrigações com o ensino. Referiu-se a um artigo publicado pelo Prof. Jorge A. Furtado, lendo o respectivo artigo aos Srs. Conselheiros e convidados, que fala sobre a gratuidade do ensino. Com referência a explanação do Prof. Eduardo A. Osório, argumentou e colocou uma série de justificativas sobre a cobrança de taxas em alguns cursos de pós-graduação. Disse que toda a justificativa do Professor está inserida no tema que estamos ora debatendo e isto faz frente a implantação do ensino pago. O Conselheiro Florival Venturi, fazendo uso da palavra, alertou que tudo o que foi dito pelos colegas presentes, é um marco importante, e que isto toma um âmbito ainda maior. Gostaria de levantar uma questão em relação a Justiça Social que parece ser frágil a partir do momento em que o Prof. Eduardo Osório coloca que os estudantes - que compõem a Universidade são vindos de famílias mais abastadas, enquanto que nas Universidades privadas são aqueles que procedem de famílias carentes - Acha que o momento de fazer-se - Justiça Social seria no ingresso da Universidade. O Prof. Ruy Antunes dá razão ao colega conselheiro, mas gostaria de saber o que os outros colegas estão pensando do assunto. Diz que este assunto sobre o Ensino Público Gratuito ou pago, está muito inserido na sua atividade na UFPEL como Pró-Reitor, além de atingir o seu campo profissional, a Política Social. Há duas grandes interpretações de como a Política Social se desenvolve no Estado capitalista. A primeira interpretação é marcada por uma ordem estrutural, e nos diz que o objetivo fundamental da Política Social é de unir as desigualdades sociais e isto cabe ao Estado, órgão gerador, capaz de dirimir os conflitos sociais. - Outra interpretação é aquela que diz que a Política Social conduzida no Estado capitalista é uma política que reproduz as relações de produção e dominação e isto existe nos estados capitalistas. A política social nada mais objetiva, senão a acumulação do capital e a manutenção da força do trabalho. Estas são as duas correntes que pretendem identificar a Política Social. Acha que as coisas não se passam assim. A realidade é um pouco diferente. É verdade, digo, verdade que muitas políticas sociais praticadas no estado capitalista muitas vezes tem como resultado, como se denomina em Política Social, um efeito perverso. Cita como exemplo a política habitacional no Brasil; há, entretanto, casos inversos, como na política de saúde, que atinge as camadas mais amplas da população, inclusive atingindo o meio rural. Neste caso ocorre o efeito inverso, porque seus objetivos são plenamente alcançados. Acha que a questão está sendo colocada em termos políticos radicalizados, em que se parte de um quadro, e nós não nos afastamos de nossas análises. Discorda quanto a nossa opção de nos situarmos entre a burguesia e os trabalhadores, discorda também da opção do sistema capitalista e socialista. Discorda das duas alternativas, acha que na socie

.....



14  
val

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.03.83 (fls. 07)

ATA 02/83

dade atual em que vive o homem, ele cria outras alternativas, formas mais adequadas de convivência. Entretanto, se olharmos para o mundo, verificamos que os sistemas socialistas tem sido eficientes na moldura do desenvolvimento de uma política social capaz de reduzir a um grupo mínimo as desigualdades sociais. - Há duas ressalvas de extrema importância nesta questão: 1º) os estados capitalistas avançados também tem sido eficientes na consecução de seus objetivos; 2º) mais importante é que numa política social, para que ela venha a atingir realmente seus objetivos, ou seja, que ela permita aos homens usufruir os bens gerados pela sociedade, deve conduzir necessariamente ao amplo estágio, gama de participação popular, e é nesta segunda condição que a moldura estabelecida pelos estados socialistas - tem falhado, se é viável dizer por exemplo que na América Latina, Cuba tem dado exemplo de conseguir resolver os problemas sociais com certa eficiência, por outro lado parece claro que este exemplo não ocorre na participação popular. Quando queremos politizar a questão do Ensino Público Gratuito ou não, trazemos para sua análise embasamentos teóricos, e ficamos num falso dilema que é este de apresentar dois quadros conceituais e sem situarmos rigorosamente dentro de um ou de outro. Crê - que o Ensino Público não deve ser gratuito para aqueles que efetivamente podem pagar as custas deste ensino, e que deve ser gratuito para aqueles que não podem pagar, estes devem receber do Estado todo o auxílio para que recomponham sua situação de igualdade perante os demais, para que a sociedade recomponha - para este, a oportunidade que antes havia perdido. A oportunidade do Ensino Público Pago para aqueles que podem pagar, que não seja agora, e se isto fosse exigido agora criaria um destes efeitos perversos, já anteriormente mencionados, a não ser que ele fosse implementado com extrema cautela. Acha que, se resolvidas determinadas condições estruturais brasileiras e da América Latina, estaremos num país capitalista não avançado, um país capitalista em desenvolvimento. Estamos atualmente num país de grandes problemas de ordem social, a exigência de um Ensino Público Pago para aqueles que podem pagar, hoje geraria um efeito perverso. Primeiro teriam que resolver problemas de estrutura de relevância social para que pudessemos chegar a uma situação mais ou menos generalizada de igualdade e oportunidade para todos, tanto em relação ao ensino, como também aos bens gerados pela sociedade. Neste instante esta exigência não seria a mais adequada, salvo se pudesse ser objetivada com grandes cautelas na sua implementação. Crê que talvez seja esta a Política do Governo porque, por mais que pese as análises do Governo e do MEC, que tenta implantar o Ensino Pago, parece que isto não prospera através de uma análise mais serena dos fatos. A política do governo brasileiro tem sido esta, condu -

.....

W

18  
Paul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.03.83 (fls. 08)

ATA 02/83

zir a problemática desta política social da educação para o momento posterior, isto é, para quando outras condições da sociedade brasileira estiverem resolvidas é onde então, as políticas sociais podem ser implantadas. O Sr. Presidente agradeceu o pronunciamento do Prof. Ruy e transmitiu uma informação sobre o relatório da viagem que fez a China Continental o Prof. Fernando Carpena Alves, o qual apresenta dois aspectos muito interessantes: o ensino é pago ou pela família do estudante ou pelo quarteirão, pela comunidade, que assume o pagamento do ensino se a família não pode pagar, mas, com uma condição, todo aluno que tiver o ensino pago pelo quarteirão ou pela comunidade só pode ter uma reprovação, se tiver uma segunda reprovação o Estado decide qual o emprego e qual o local em que ele vai trabalhar, aí então, ele é afastado da escola. A seguir foi concedida a palavra ao Conselheiro Neomir, que alertou para o fato de que, querer fazer justiça social com igualdade dentro da Universidade é uma ironia. Vejam, pois, Srs. Conselheiros, quando 1% da população detém mais de 30% da renda nacional quer fazer justiça social e igualdade nesta Universidade? Existe uma série de outras maneiras de se fazer justiça social. Deve-se dar acesso a população, das riquezas produzidas. Sobre o ensino de 1º grau que reportou-se o Prof. Osório, ressaltou sua preocupação pelo baixo nível e pela falta de verbas, colocando que, se tivesse que se reportar a arrecadação feita no Ensino Pago para aqueles que podem pagar a Universidade, transferindo para o 1º e 2º grau, segundo a vigência de nossa Constituição, da estrutura da sociedade no Brasil, seriam de competência do município e do Estado. Então se realmente estamos com problemas de verbas, isto se deve a concentração tributária que foi toda levada para a União. Reportou-se ao problema de verbas para o ensino. Finalizando, disse que no debate, está sendo colocado que o ensino será pago. Reportou-se sobre as bolsas no ensino, referiu-se a um pronunciamento feito pela Sra. Ministra da Educação. Concedida a palavra ao Conselheiro Mario, este alegou que é fundamental o debate para se encontrar uma saída. Manifestou sua discordância com a política do ensino. Reportou-se sobre a crise econômica de 1930. Argumentou que deve-se reestruturar a sociedade, partindo de uma base. Concedida a palavra ao Convidado Lauri, este frisou que a questão social não pode ser colocada sob a forma absoluta. Fez um paralelo histórico sobre as reivindicações da Justiça Social de outrora com a atual. O Sr. Presidente alertou para informação, que na reunião dos Reitores, os professores salientaram que a pesquisa no Brasil é sustentada pelo Estado, a participação da empresa privada na pesquisa é muito pequena. Na área da agricultura a pesquisa subiu nos últimos dez anos o equivalente a 15 milhões de dólares e hoje este orçamento supera 250 milhões de dólares. Alertou aos presentes que se deve-se manter a discussão sobre o tema na ordem do dia. Reportou-se sobre o problema do transporte, sobre o problema da casa dos estudantes, que é mantida pela Universidade, sobre a con-

.....

with

19  
Jul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.03.83 (fls. 09)

ATA 02/83

cessão de bolsas, referiu-se aos restaurantes universitários , onde alegavam que eram cobrados preços exorbitantes. Disse que solicitou aos estudantes que fosse formada uma comissão para participarem no controle dos preços e gastos do Restaurante , e que esta comissão nunca foi apresentada. Não se pode colocar o problema do Ensino equiparado ao da escravidão, porque esta foi resolvida e o ensino ainda não o foi. O Prof. Eduardo Osório manifestou-se, baseado nas declarações, que o ensino pago está sendo implantado. Não ouviu por parte dos Conselheiros - nenhuma manifestação a respeito do assunto. O debate deve ser baseado na verdade e não em interpretações distorcidas. De nada adiantaria a Universidade não cobrar de quem pode pagar por que não teria oportunidade de aplicar nos setores mais carentes. O Conselheiro Gerson argumentou que deve haver uma manifestação tanto dos professores como dos estudantes, reforçando a colocação do Conselheiro Segalin, a da preocupação não ser só dos estudantes. A apresentação de todos os estudantes convidados fundamenta-se na verdade. Reportou-se a entrevista do Magnífico Reitor sobre a não possibilidade de concessão de transporte gratuito, porque está obedecendo a política de austeridade do Governo. Enfocou a crise econômica e sua responsabilidade, a justificativa da retirada do transporte e cortes de verbas. Todas as conclusões feitas aqui contribuem para um debate que não deve estagnar nesta sala dos Conselhos, debate este que deve transpor as paredes desta Universidade, e que cada Conselheiro contribua de forma mais lúcida como entender . Este debate não deve parar aqui, ele deve continuar nas salas de aula, em instâncias superiores, e conclama os diretores para os debates que se realizarão na semana dos Calouros. A seguir, o Sr. Presidente comunicou a todos os presentes que iria tomar a palavra como Reitor, e posteriormente, como Conselheiro. Como Reitor queria lamentar que muitas de suas manifestações feitas a todos os estudantes tenham sido interpretadas de forma diferente, um exemplo disto apareceu agora; comentou que uma das grandes preocupações de qualquer administrador, no caso, o Reitor, teria que ser seguir a austeridade determinada pelo Governo da República. Ninguém tem culpa da atualidade econômica, mas tem que se cumprir uma determinada lei orçamentária. Não disse que era por austeridade o problema do transporte, já foi por demais explicado este problema. Transporte é decorrente do orçamento. O Reitor, em 1976, já dizia que teria que cortar o transporte para todos, porque não tinha dinheiro para cobrir isto. Fez uma ampla explanação sobre este ponto, fez também referência que o Parlamento não faz menção sobre a verba de transporte como consignação própria. Reportou-se aos auditores e também explicou que o único transporte pago é aquele que leva o estudante as aulas práticas, como atividade acadêmica. Como

.....

*[Handwritten signature]*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

20  
jul

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.03.83 (fls. 10)

ATA 02/83

Conselheiro, falou que ficou uma contribuição valiosa através das manifestações dos quatro convidados, onde apresentaram trabalhos de grande profundidade, inclusive sobre o aspecto de formação cultural. Quanto a falta de manifestações dos outros Conselheiros, acredita que os mesmos não estavam preparados para este assunto, de grande profundidade. Pessoalmente, concorda muito com o que foi dito, acha que é preciso ter coragem para alterar as estruturas, origem das desigualdades, pensa que deve haver uma reforma agrária, para mudar a estrutura do meio rural, onde estas desigualdades aparecem em maior proporção. Acha que o debate deve continuar e deve haver uma real participação de toda a Universidade. Reportou-se ainda sobre a reforma na Universidade referente ao Estatuto e ao Regimento. A seguir fez amplo relato sobre o Ensino Pago. Concedida a palavra a convidada Laura Oliveira, esta manifestou seu desagrado no tocante a extinção dos Cursos de Pedagogia e Esquema I, além da possibilidade de transferência da Faculdade de Educação para o Campus Universitário, em agosto do corrente ano. Referiu-se sobre os aspectos negativos desta transferência e sua incidência sobre os alunos em relação as aulas práticas. A Profa. Ana Beatriz fazendo uso da palavra enfatizou que o debate deve continuar cada vez com maior profundidade. Este assunto deve ser analisado e comparado, acha que este assunto não é uma futurologia, pois existe a resolução 001, com todas as diretrizes para a implantação do Ensino Pago. A seguir, o convidado Lauri abordou a realidade social tendo comentários sobre a mesma. O Sr. Presidente falou na grande dificuldade que atualmente enfrenta o país. Acredita muito no programa de concessão de Bolsas. Nós vivemos em uma sociedade, e ela está baseada em uma lei e nós temos que cumprir esta lei enquanto não a modificarmos; não cumprir a lei tem outro nome, que se chama anarquia. A lei na UFPEL é o Estatuto, aprovado pelo Conselho Universitário, homologado pelo Conselho Federal da Educação. É a favor das eleições diretas, inclusive para Reitor, reportou-se ao Plano de Desenvolvimento da UFPEL. Crê nos Campus Universitários e diz que as Universidades devem ser congregadas nos Campus. Finalizando a Reunião solicitou aos Conselheiros, representantes discentes, e convidados, que este assunto ora debatido nesta sala dos Conselhos não morra nesta sessão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Sued Ferreira Rodrigues, Secretário dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata.--.--.--.--.--.--.--.

*[Handwritten signatures]*